

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 153.^a Sessão Ordinária
Realizada em 17 de setembro de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa, Igo Losso, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Paulo Poli e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E

REQUERIMENTOS: —

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a inserção na Ata dos nossos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Guilherme Bianchi, ocorrido nesta Capital, em data de ontem.

O extinto era pai do ex-Deputado Estadual Haroldo Bianchi e pessoa grandemente relacionada em nossa sociedade, tendo o seu falecimento repercutido intensamente.

Requer, ainda, que se dê conhecimento da manifestação da Casa à ilustre família enlutada, na pessoa do Dr. Haroldo Bianchi, enviando-lhe mensagem expressando o sentido pesar desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1971.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Transcorreu em data de ontem a data nacional dos Estados Unidos do México.

Pedimos, em homenagem ao País irmão, seja transcrito em Ata um voto de regozijo por tão auspicioso acontecimento e que do fato se dê ciência ao Exmo. Sr. Cônsul nesta Capital, Dr. José Luiz Guerra Régio, à rua Comendador Araújo, 795.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1971.

(a) Antônio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, após ouvido o plenário, seja enviada sugestão ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, Cel. Levy Rabello, no sentido de ser estudada a possibilidade de se construir em União da Vitória um grupo de Casas populares, esclarecendo nesta oportunidade que a Prefeitura Municipal já adquiriu uma área de terreno com 130 lotes, para esta finalidade.

Justifica-se a pretensão por tratar-se União da Vitória de uma cidade com grande número de indústrias, havendo grande necessidade da construção das referidas casas aos seus operários.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1971.

(a) Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja formada uma Comissão de Deputados com o fim especial de, em pleno objetivo com os Senhores membros da Comissão Executiva da Casa, elaborar plano de atendimento assistencial aqueles que, quer oriundos do Interior do Estado, quer residentes nesta Capital, recorram a préstimos deste Poder.

A presente sugestão encontra sua validade no fato de que os exemplos práticos ultimamente oferecidos à meditação e providências dos Senhores representantes com assento nesta Casa de Leis, vêm demonstrando a absoluta necessidade de regularização dos métodos de atendimento e disciplinação dos esforços na consecução dos melhores resultados possíveis.

E como o assunto diz interesse direto a todos os Senhores Deputados, ciosos de que o problema exige, por sua importância social e humana, cuidados especiais, e mesmo conhecendo a posição dos Senhores membros de nossa Comissão Executiva, desejosos de soluções racionais e prontas, justo que se lhe empreste a urgência necessária, o debate mais franco e realístico.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1971.

(a) Wilson Brandão.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza, no sentido de que aquela autoridade estude a viabilidade de construção de uma rodovia que ligue o Município de Barracão com a intersecção da nova rodovia Transbrasiliana passando pelos Municípios de Maripolis, Clevelandia e Palmas.

É das mais brilhantes, Senhor Presidente, a iniciativa do Governo Federal em construir a BR-153 Rodovia esta que faz parte da Transbrasiliana e que tem um de seus trechos entre União da Vitória e a cidade de Erechim,

nos pampas gaúchos. Seus estudos preliminares, através das demarcações, mostra em seu traçado, o interesse de nossas autoridades pela região citada e o surto advindo, não terá valores suficientes para mostrar o progresso que surgirá. Entretanto, com a validade de nossa solicitação, em mais-se beneficiária a Rodovia Transbrasiliana, e, concomitantemente, nosso Estado e o País, pois, com uma nova estrada, ligando Barracão à intersecção da BR-153 na região de Horizontê, limites do nosso Estado com Santa Catarina, abrir-se-ia um novo respiradouro para o exterior, haja vista ser Barracão uma de nossas saídas internacionais para a Argentina.

A ligação Barracão com a Transbrasiliana abriria, de fato, as portas do Sudoeste paranaense ao Sul brasileiro, evitando a fase taul, quando um deslocamento daquela região para o Rio Grande do Sul, tem que ser feito via Curitiba, encarecendo sobre maneira o transporte de mercadorias.

Pelo exposto, Senhor Presidente, é que contamos com a aprovação de nossos Pares para o Plano de Lei em tela, que em muito beneficiaria o nosso Estado e o Sul do País.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.971.

(a) Domicio Scaramella.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 197-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar como de Utilidade Pública o Núcleo de Maringá da Legião da Boa Vontade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.971.

(a) Wilson Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A benemerência dos serviços a cargo do Núcleo de Maringá da Legião da Boa Vontade é sobejamente reconhecida, proclamada pelos que acompanham o ritmo de suas incessantes atividades de caráter social-assistencial, consagrada pela opinião pública maringaense. Honra êle, assim, a delegação de confiança da Legião da Boa Vontade, com sede na cidade do Rio de Janeiro, instituição que vem espalhando por todo o território nacional, através de uma política altamente humanista e fraterna, benefícios incontáveis e bastantes para ligá-la a uma perene gratidão popular. O Núcleo de Maringá distribui, incessantemente, efetivos resultados no campo assistencial, e eis que sua Direção apresenta comportamento exemplar consciente da nobre tarefa que desempenha em benefício das coletividades da região. Merece, por tal feito, com inteira justiça, o ato que ora se pretende tornar magnífica realidade.

PROJETO DE LEI N.º 198-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Desembargador Antônio de Paula" o estabelecimento de ensino de grau médio, sediado na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1.971.

(a) Acyr José.

JUSTIFICATIVA:

Sempre entendemos que os estabelecimentos de ensino devem ser denominados com nomes de cidadãos que pela exponência de sua atuação perante seus contemporâneos possam se constituir em exemplo para a mocidade que frequenta os bancos escolares e que deve ver, no patrono de sua escola, um

incentivo ao estudo e uma motivação dinâmica para que busque na aquisição de conhecimentos o instrumental de trabalho com que ajudará a construir o futuro da Pátria comum.

Antônio de Paula, magistrado e professor por vocação irresistível, mas que também ocupou com brilho, honra e dignidade outros postos na Administração Pública Estadual, aos quais foi chamado pelo brilho de sua cultura jurídica e humanista, é bem um desses nomes privilegiados que servem de exemplo aos pósteros, já que toda sua vida foi um dedicar-se contínuo e integral à elevação dos princípios da ordem moral e religiosa que regem a existência das comunidades.

Antônio de Paula, Chefe de Polícia, Procurador Geral do Estado, Corregedor da Justiça e Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, soube ser sempre aquela figura luminosa e iluminada que cultuava o Direito, que cumpria a lei, que aplicava a lei, que fiscalizava a lei e que, ungido no espírito dessa lei, soube fazê-la prevalecer sempre, mesmo nas condições difíceis com que então eram exercidas aquelas elevados cargos públicos e nos quais, não raro, se exigia do titular muito mais a posição cômoda da concordância despersonalizante do que a bravura moral de opor-se a situações normalmente repelidas pela consciência de um homem de bem.

Antônio de Paula, pai e chefe de família, sempre soube ser o exemplo do cidadão dedicado aos seus e zeloso guardião da unidade e da moral familiar, projetando-se na sociedade como figura impar na dignidade de seu comportamento social.

Antônio de Paula, como homem de fé, soube dar consequência à doutrina cristã e, através da Ordem Terceira de São Francisco e da Ordem dos Vicentinos, às quais pertencia, foi veículo de mitigação de dores e alívio de sofrimentos de inúmeros semelhantes, atitude que mais avulta por ter sido ela sempre concretizada no anonimato, condição exigida pelo espírito superior daqueles que em favor dos outros, só querem dar de si sendo esta sua maior recompensa.

Não direi mais porque a personalidade de Antonio de Paula, na multiplicidade de seus aspectos positivos, é por demais exuberante para que caiba na descrição sem brilho de quem bem poucos cabedais possui para fazer justiça àquela vida de escol.

Entendo, porém, que os nobres Deputados bem puderam, através deste rápido bosquejo, visualizar a oportunidade de meu Projeto de Lei e, assim, tenho que o mesmo merecerá o honroso apoio de meus ilustrados Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Acyr José, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 53-70, cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Engenheiro Beltão, abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 53/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz, com sede no Município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Dep. Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Mauricio Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 93-70, transfere ao D.E.R., para efeito de conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da Cidade de Pirai do Sul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 93-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para execução dos serviços de conservação permanente da Avenida Nossa Senhora das Brotas, da referida cidade, numa extensão de 3,5 (três e meio) quilômetros, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Dep. Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Mauricio Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 143-70, declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, de Maringá.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 143-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, com sede e fóro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Dep. Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Mauricio Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 245-70, autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal a Miguel Floreoski Filho, na forma que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 245-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Miguel Floreoski Filho, uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão a conta própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) **Dep. Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Mauricio Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 271-70, autoriza o Poder Executivo a doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terra na forma que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 271-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao operário Luiz Gonzaga da Cruz, a área de terreno pertencente ao Estado, correspondente ao lote 32-A, com 31.000 M2, constante da parte do lote 32 da Gleba Patrimônio de Mandaguari, sito neste Município, que vem sendo ocupado pelo mesmo já há muitos anos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) **Dep. Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Mauricio Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 7-71, doa à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o equipamento elétrico que especifica, de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 7-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o seguinte equipamento elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica.

I — Gerador Marca Irne, n.º 31.545, tipo ET 20/4, 3 fases, 91 A, 35 KVA, 50/60 ciclos, 220/127 V, 1.500/1.800 r.p.m.

I — Gerador Marca Irne, nr. 31.545, tipo ETH 20-4, 3 fases, 91 A, 35 KVA V, 1.800 r.p.m.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) **Dep. Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Mauricio Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 17-71, dá nova redação ao art. 11.º, da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970, e ao art. 139, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO N.º 17-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — O artigo 11 da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 — Os funcionários de que tratam os artigos 2.º e 9.º, quando ataca-

dos de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, cardiopatia grave, paralisia ou doença de Parkinson, incompatíveis com o trabalho, conforme apurado em inspeção médica e compulsoriamente licenciados, perceberão, além dos vencimentos e remuneração integrais e de todas as vantagens inerentes ao cargo ou à função, o valor correspondente a 300 (trezentas) quotas mensais, calculadas segundo o art. 6.º, valor esse que será incorporado em definitivo aos seus vencimentos, em caso da aposentadoria em forma estabelecida pelo artigo 235, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º — O artigo 139, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 139 — O funcionário efetivo, quando aposentado por invalidez, terá provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral e, em caso de aposentadoria prevista no artigo 235, também a todas as demais vantagens inerentes ao cargo ou à função.

Art. 3.º — Os benefícios previstos no art. 11, da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970, são extensivos aos já aposentados por invalidez.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Dep. Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55-71, o Município de Dois Vizinhos, passa a adotar na palavra Vizinhos a letra "Z", conforme procede a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra "S". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 55-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — O Município de Dois Vizinhos passa a adotar como de direito, a letra Z em Vizinhos, conforme procede a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra S.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Dep. Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 56-71, cria a "Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos", destinada a homenagear os vultos ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 56-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica criada a "Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos", destinada a homenagear os vultos ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades.

Art. 2.º — A "Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos", somente poderá ser proposta à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Governador do Estado ou por parlamentar estadual, sendo concedida após aprovação do Plenário da Casa.

Art. 3.º — A presente Lei será regulamentada pelo Senhor Governador do Estado, dentro do 90 dias de sua aprovação.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(a) Dep. Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Dep. Pinto Dias — Relator

Dep. Maurício Fruct

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eröndy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar falecimento do Sr. Guilherme Bianchi. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, em data de ontem, da data Nacional dos Estados Unidos do México. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando envio de sugestão ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, no sentido de ser estudada a possibilidade de se construir em União da Vitória um Grupo de Casas Populares. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade estude a viabilidade de construção de uma rodovia que ligue o Município de Barracão com a Tranbrasiliana. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de Deputados para que, junto com a Comissão Executiva da Casa, elaborem um plano assistencial àqueles que, oriundos do Interior do Estado, recorrem a préstimos deste Poder. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 20, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA :

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 314-70 — 76-71 — 137-71;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 106-70 e 225-70.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

As dezessete horas e quinze minutos do dia onze de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel e com as presenças dos Senhores Deputados Antonio Belinati, Xenofonte Villanueva e Aguinaldo Pereira Lima, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatadas as seguintes contas: Contas nrs. 4397-71 e 4398-71, da Sociedade Socorro aos Necessitados, da cidade da Lapa, na importância de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), recebidos dos deputados Fabiano Braga Côrtes e Túlio Vargas, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 4761-71, do Grupo Escolar "Mathias Jacomel", de Vargem Grande de Pinhais,

na importância de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5450-71, da Casa de Caridade São Vicente de Paulo, da cidade de Joaquim Távora, na importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos dos deputados Gabriel Manoel e Eurico Rosas, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5490-71, da Associação Folclórica Japonesa Sul Paranaense, na importância de Cr\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5442-71, da Associação Paranaense de Reabilitação, desta Capital, na importância de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros), recebidos de diversos Deputados, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5078-71, do Hospital Nossa Senhora das Graças, desta Capital na importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos de diversos Deputados, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5394-71, do Ginásio Estadual "Barão do Rio Branco", da cidade de Assaí, na importância de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5098-71, da Comissão da Igreja de Roça Nova, de Pinhais, na importância de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5099-71, da A.P.M.I., da cidade da Lapa, na importância de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5043-71, do Departamento de Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo", desta Capital, na importância de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros), recebidos do Deputado Igo Iwant Losso, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5334-71, da A.P.M.I., da cidade de Nova Cantu, na importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz de Moraes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5348-71, do Educandário Cristo Rei, de Campo Mourão, na importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz de Moraes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5347-71, do Colégio Nossa Senhora de Fátima, de Mamborê, na importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz de Moraes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5346-71, da Escola Nossa Senhora das Graças, de Roncador, na importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Armando Queiroz de Moraes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5042-71, da Paroquia da Transfiguração de Nosso Senhor, desta Capital, na importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Erondy Silvério, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5683-71, da Associação da Mocidade Seicho-No-Ie, de Londrina, no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5684-71, do Círculo Católico "Estréla da Manhã", de Londrina, na importância de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), recebidos do Deputado Jorge Sato, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5095-71, da A.P.M.I., de Trigolândia, na importância de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 4450-71, do Centro Tifológico Paranaense, na importância de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), recebidos do Deputado Roberto Wypych, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 4760-71, do União Bigorrrilho Esporte Clube, na importância de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Fabiano Braga Côrtes, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5096-71, da Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar de Doce Grande, na importância de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1970. Conta n.º 5067-71, da Igreja Matriz, de Piraquara, na importância de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 5404-71, da A.P.M.I., de Tijucas do Sul, na importância de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebidos do Deputado Leopoldo Jacomel, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 4901-71, da Associação das Voluntárias da Divina Providência, da cidade de Ponta Grossa, na importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), recebidos do Deputado Antonio Lopes Júnior, referente ao exercício de 1969. Conta n.º 4451-71, da As-

sociação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, de Mandaguari — Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho, na importância de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), recebidos do Deputado Túlio Vargas, referente ao exercício de 1969. Relator Deputado Aguinaldo Pereira Lima. — Parecer favorável APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Alberto Carazzai Neto, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos da Lei.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente
Alberto Carazzai Neto — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

ATA DA 23.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Pinto Dias apresentou Redação Final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 271-70 — de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terra na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 245-71 — de autoria do Senhor Deputado Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão a Miguel Florcoski Filho, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 143-70 — de autoria do Senhor Deputado Silvio Barros, que declara de utilidade pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, de Maringá. PROJETO DE LEI N.º 93-70 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul. PROJETO DE LEI N.º 53-70 — de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz, que cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Mun. de Engenheiro Beltrão, abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. PROJETO DE LEI N.º 56-71 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que cria a Comenda Zacarias de Goes e Vasconcellos, destinada a homenagear os ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades. PROJETO DE LEI N.º 55-71 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que o Município de Dois Visinhos, passa a adotar na palavra Vizinho a letra "Z", conforme procede a Comarca do mesmo nome, em substituição à letra "S". PROJETO DE LEI N.º 17-71 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que dá nova redação ao art. 11 da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970 e ao art. 139, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970. PROJETO DE LEI N.º 7-71 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que doa a Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o equipamento elétrico que especifica, de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Lélio G. Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 7-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o seguinte equipamento elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica:

I — Gerador marca Irne, n.º 31.545, tipo ETH 20/4, 3 fases, 91 A, 35 KVA, 50/60 ciclos, 220/127 V, 1.500/1.800 r.p.m.

I — Gerador marca Brush, n.º 08790/15, 65, 7 A, 25 KVA, 60 ciclos, 20/127 V, 1.800 r.p.m.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 17-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O artigo 11 da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 — Os funcionários de que tratam os artigos 2.º e 9.º, quando atacados de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, cardiopatia grave, paralisia ou doença de Parkinson incompatíveis com o trabalho, conforme apurado em inspeção médica e compulsoriamente licenciados, perceberão, além dos vencimentos e remuneração integrais e de todas as vantagens inerentes ao cargo ou a função, o valor correspondente a 300 (trezentas) quotas mensais, calculadas segundo o art. 6.º, valor esse que será incorporado em definitivo aos seus vencimentos, em caso de aposentadoria em a forma estabelecida pelo artigo 235, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º — O artigo 139, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 139 — O funcionário efetivo, quando aposentado por invalidez, terá provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral e, em caso de aposentadoria prevista no artigo 235, também a todas as demais vantagens inerentes ao cargo ou à função.

Art. 3.º — Os benefícios previstos no art. 11, da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970, são extensivos aos já aposentados por invalidez.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 55-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O município de Dois Vizinhos passa a adotar como de direito, a letra Z em Vizinhos, conforme procede a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra S.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 56-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos, destinada a homenagear os vultos ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades.

Art. 2.º — A Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos, somente poderá ser proposta à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Senhor Governador do Estado ou por parlamentar estadual, sendo concedida após aprovação do Plenário da Casa.

Art. 3.º — A presente Lei será regulamentada pelo Senhor Governador do Estado, dentro de 90 dias de sua aprovação.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1971.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 53/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica criada uma Circunscrição de Trânsito abrangendo os municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz, com sede no município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º-9-1971.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o município de Pirai do Sul, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para execução dos serviços de conservação permanente da Avenida Nossa Senhora das Brotas, da referida cidade, numa extensão de 3,5 (três e meio) quilômetros, aproximadamente.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º-9-1971

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 143/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, com sede e fóro na cidade de Maringá.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º-9-1971

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 245/70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Miguel Florcoski Filho, uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros).

Art. 2.º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º-9-1971.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 271/70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao operário Luiz Gonzaga da Cruz, a área de terreno pertencente ao Estado, correspondente ao lote 32-A, com 31.000 m², constante da parte do lote 32 da Gleba Patrimônio de Mandaguari, sito neste Município, que vem sendo ocupado pelo mesmo já há muitos anos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º-9-1971

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Maurício Fruet

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

ATA DA 4a. REUNIÃO ORDINÁRIA

As onze horas e trinta minutos do dia três de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, sob a presidência do Senhor Deputado Arizone Araújo e com as presenças dos senhores deputados Marciano Baraniuk, Santos Lima e Sebastião Rodrigues, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior. Em seguida foram relatados os seguintes projetos de lei: **PROJETO DE LEI N.º 230/70**, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 26/70, visando autorizar o Poder Executivo doar à União — Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno com área aproximada de 1.605 m². Relator Deputado Arizo, digo, Marciano Baraniuk, parecer favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 19/71**, de autoria do Deputado Igo Iwant Lossó, autorizando o Poder Executivo doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 19,46 hectares. Relator Deputado Marciano Baraniuk, parecer favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 26/71**, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, autorizando o Poder Executivo doar à Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), uma área de terreno com 5 alqueires paulista, aproximadamente, no lugar denominado Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. Relator Deputado Marciano Baraniuk, parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) Arizone Araújo — Presidente
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 24a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Maurício Fruet apresentou Redação Final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 260/70** — de autoria do Senhor Deputado Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00, a Theodoro Meira. **PROJETO DE LEI N.º 215/70** — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que denomina Vereador Dino Gasparin, o Grupo Escolar da Vila Hauer, desta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 153/70** — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição nos Municípios que especifica. **PROJETO DE LEI N.º 128/70** — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que institui anualmente através da Fundepar, o Concurso de Literatura do Paraná, e dá outras providências. **PROJETO DE LEI N.º 93/71** — de autoria do Senhor Deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão mensal concedida a Maria Francisca Oliveira. **PROJETO DE LEI N.º 41/71** — de autoria do Senhor Deputado Antônio Costa, que transfere à viúva Francisca Macedo Gutierrez, a pensão mensal de Gabriela Souza Macedo, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11-12-65. **PROJETO DE LEI N.º 39/71** — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Vilanueva, que dá nova redação ao artigo 7.º da Lei n.º 4.766, de 13-11-63, alterado pelo artigo 1.º da Lei n.º 5.802, de 12-7-68. **PROJETO DE LEI N.º 24/71** — de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a “Missão Cristã no Brasil”, com sede nesta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 11/71** — de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Escola 29 de Março, de Curitiba. **APROVADAS.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

aa) **Cândido Manuel Martins de Oliveira** — Presidente
Lélio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 260/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros), ao senhor Theodoro Meira, residente em Curitiba.

Art. 2.º. A despesa referente a presente autorização correrá por conta da dotação consignada para esse fim na Lei de Meios.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) **Cândido Manuel Martins de Oliveira** — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 215/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica denominado “Vereador Dino Gasparin” o Grupo Escolar da Vila Hauer, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 153/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica criada a Circunscrição de Trânsito de Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição sobre os municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Pérola D'Oeste, Planalto e Capanema.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 128/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. O Poder Executivo, instituirá anualmente, através da Fundepar simultâneo ao Concurso Nacional de Contos, o Concurso de Literatura do Paraná, versando sobre temas de história e folclore regionais.

Art. 2.º. A natureza, espécie ou categoria dos trabalhos literários serão definidos em Regulamento próprio.

Art. 3.º. Poderão participar do certame candidatos residentes ou não, no Estado do Paraná.

Art. 4.º. O valor dos prêmios atribuídos a ambos os concursos será sempre equivalente, obedecidas as respectivas modalidades de inscrição.

Art. 5.º. O Regulamento, a que se refere o art. 2.º, será elaborado pelo órgão competente no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação da presente Lei.

Art. 6.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a elevar de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) para Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida a sra. Maria Francisca Oliveira.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 41/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica transferida para a viúva Francisca Macedo Gutierrez a pen-

são mensal concedida a Gabriela Souza Macedo pela Lei n.º 1.534, de 9 de dezembro de 1.953, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11 de dezembro de 1.965”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 39/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º O art. 7.º, da Lei n.º 4.766, de 13 de novembro de 1.963, alterado pelo art. 1.º, da Lei n.º 5.802, de 12 de julho de 1.968, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7.º. Poderão inscrever-se no IPE, com os mesmos direitos e obrigações e mediante expressa manifestação de vontade à Superintendência, o Governador do Estado, os Secretários de Estado, os Deputados Estaduais e Federais, os ocupantes de cargos em Comissão e os professores suplementaristas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 24/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a “Missão Cristã no Brasil”, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 11/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Escola 29 de Março, de Curitiba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-09-71

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 6a. REUNIAO ORDINARIA

1a. SESSAO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de setembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, após a Sessão Plenária, e com a presença dos Senhores Deputados: Antonio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Arizone Mendes de Araújo e Acyr José. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: **PROJETO DE LEI N.º 47/71** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 72/71** — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Cambira. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 8/71** — de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsim, que cria na cidade de Terra Roxa, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1.972. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- a) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente
- a) Maria Aparecida Amaral — Secretária